

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**DETERMINANTES DA ESCOLHA PELO *DEEMED COST*: UMA ANÁLISE DAS
COMPANHIAS BRASILEIRAS FRENTE À ADOÇÃO INICIAL DAS NORMAS
INTERNACIONAIS NO BRASIL**

Karoline Oliveira Dias

Orientador:

Prof. Dr. Alex Mussoi Ribeiro

GOIÂNIA – GO

2014

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Ms. Ednei Moraes Pereira
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

KAROLINE OLIVEIRA DIAS

**DETERMINANTES DA ESCOLHA PELO *DEEMED COST*: UMA ANÁLISE DAS
COMPANHIAS BRASILEIRAS FRENTE À ADOÇÃO INICIAL DAS NORMAS
INTERNACIONAIS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Contabilidade da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Alex Mussoi Ribeiro

GOIÂNIA – GO

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UGF

D541d Dias, Karoline Oliveira
Determinantes da escolha pelo *deemed cost* [manuscrito]: uma análise das companhias brasileiras frente à adoção inicial das normas internacionais no Brasil / Karoline Oliveira Dias. - 2014.
41 f.

Orientador: Prof. Dr. Alex Mussoi Ribeiro.
Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas, 2014.
Bibliografia.


1. Empresas brasileiras – Análise 2. Empresas de capital aberto – Brasil 3. Logística – Regressão I. Título.

CDU; 658.7

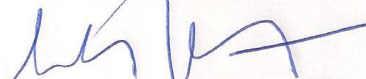
Karoline Oliveira Dias

DETERMINANTES DA ESCOLHA PELO DEEMED COST: UMA ANÁLISE DAS
COMPANHIAS BRASILEIRAS FRENTE À ADOÇÃO INICIAL DAS NORMAS
INTERNACIONAIS NO BRASIL


Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Alex Mussol Ribeiro - Orientador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Me. Julio Orestes - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 03 de julho de 2014.

À minha família, pelo apoio e suporte. Em especial à minha avó Eunice Ribeiro de Carvalho pelo carinho e solidariedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Emanuel, amigo presente em todos os momentos. Agradeço aos meus pais em especial à minha mãe por sempre priorizar o bom aprendizado, também aos meus irmãos Pedro Henrique Oliveira Dias e Vitor Oliveira Dias sempre tão carinhosos. Agradeço aos meus tios Janete Borges de Oliveira e Sebastião Alves de Oliveira por me acolherem e me proporcionarem um segundo lar. Agradeço a meus primos Rodolfo Borges e Laiza Monteiro por serem como irmãos. Agradeço à Wilhan Santana Junior pelas valiosas risadas e pelo carinho.

Agradeço todos os professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Goiás, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Alex Mussoi Ribeiro por toda ajuda, dedicação e por me inspirar a continuar. Como disse outro professor Arthur Ward: “O professor medíocre descreve, o professor bom explica, o professor ótimo demonstra e o professor fora de série inspira”. Obrigado pelo ensino. Agradeço também ao Prof. Msc. Ednei Moraes Pereira pelo apoio e atenção enquanto estive na Federal Prime Empresa Junior de Ciências Contábeis.

Agradeço a todos que diretamente e indiretamente me ajudaram a caminhar. Obrigado.

“A alegria que se tem em pensar e aprender faz-nos pensar e aprender ainda mais.”

Aristóteles

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo verificar o perfil das empresas brasileiras de capital aberto que fizeram a opção de utilizar a isenção do *deemed cost* no ano de transição da contabilidade brasileira para as normas internacionais. A análise foi feita a partir de dados do ano de 2010. Foram consideradas no estudo 305 empresas de capital aberto retirados do sistema econômica. Para verificar o perfil, utilizaram-se as variáveis: Nível de Governança, Empresa de Auditoria Big 4, Setor, Tamanho, Imobilizado, Reserva de Reavaliação e Endividamento. Sobre as observações obtidas a partir destas variáveis para cada empresa foi feita uma análise de regressão para associação com as variáveis testadas. Foram utilizados para testar o modelo o teste Hosmer – Lemeshow, Curva ROC, Fator de inflação da variância, e o procedimento de *stepwise* para ajuste do modelo logístico. Os resultados da pesquisa permitiram concluir que a variável nível de imobilização possui elevada probabilidade de influencia na adoção de procedimentos do ativo fixo da empresa.

Palavras-chave: *deemed cost*. Imobilizado. Regressão Logística.

ABSTRACT

The purpose of this research is to check the profile of the Brazilians trading companies, according to the use of the deemed cost at the Brazilian accountability transition year to the international rules. The analysis was done about the 2010 data. In this study, it was considered 305 open capital companies taken after the Economatic system. To check the profile, the following variables were used: Corporate Governance, Big4, Industry Classification, Size, Fixed Asset, Revaluation Reserve, and Indebtedness. It was done a regression analysis to connect the result of the study with the assessed variables. To test the model it was used the Hosmer-Lemeshow Test, ROC Curve, VIF, and Stepwise. The results of the research allowed to conclude that the variable level of immobilization has strong probability of influence in the adoption of procedures of the fixed assets.

Key Words: Deemed cost. Fixed Assets. Logistic Regression.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estatística descritiva das principais variáveis utilizadas na pesquisa.....	33
Tabela 2. Correlação entre as variáveis principais utilizadas no trabalho.....	34
Tabela 3. Resultados da Regressão Logística.....	35
Tabela 4. Resultado da Regressão Logística modelo <i>stepwise</i>	37
Tabela 5. Teste Hosmer-Lemeshow	38
Tabela 6. Teste Hosmer-Lemeshow modelo <i>stepwise</i>	38
Tabela 7. Teste Curva ROC.....	39
Tabela 8. Teste curva ROC modelo <i>stepwise</i>	40
Tabela 9. Capacidade de classificação do modelo	41
Tabela 10. Capacidade de classificação do modelo (<i>stepwise</i>)	42
Tabela 11. Fator de Inflação da Variância.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

GAAP: General Accepted Accounting Principles

ICPC: Interpretação Comitê de Pronunciamentos Contábeis

IFRS: International Financial Reporting Standards

PL: Patrimônio Líquido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Apresentação e Caracterização do Problema da Pesquisa.....	12
1.2	Objetivos Gerais e Específicos da Pesquisa	15
1.3	Justificativa	16
1.4	Estrutura do Trabalho	17
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	<i>Deemed Cost</i> (Custo Atribuído)	17
2.2	Os efeitos da reavaliação de ativos	20
2.3	Estudos sobre a reavaliação de ativos no Brasil antes da IFRS e a utilização do <i>deemed cost</i>	21
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1	Universo analisado e coleta e classificação de dados	24
3.2	Direcionadores das escolhas contábeis	25
3.2.1	Nível de Governança	25
3.2.2	Empresa de Auditoria <i>Big 4</i>	26
3.2.3	Setor de Atuação.....	27
3.2.4	Ativo Total.....	28
3.2.5	Imobilização	28
3.2.6	Reserva de Reavaliação	29
3.2.7	Endividamento	29
3.3	Teste Estatístico	31
4.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	33
4.1	Estatística Descritiva das principais variáveis utilizadas na pesquisa	33
4.2	Resultado da Regressão Logística	35
4.3	Ajustamento do modelo logístico	37
4.4	Teste Hosmer - Lemeshow	38
4.5	Curva ROC	39
4.6	Capacidade de classificação do modelo	41
4.7	Diagnóstico de Multicolinearidade entre as variáveis explicativas do modelo.....	42
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

1. Introdução

1.1 Apresentação e caracterização do Problema da Pesquisa

A transição gradual para o modelo contábil internacional no Brasil, com a promulgação da Lei 11.638/07 e a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade representados pelos *International Financial Reporting Standards* (IFRS), teve como principal objetivo a harmonização das Demonstrações Contábeis em nível global para facilitar o fluxo de recursos e de informações entre investidores e empresas de diferentes países.

Ao seguir a tendência mundial de convergência para as IFRS e projetar a acessibilidade ao mercado global de capitais por parte das empresas brasileiras, a Lei 11.638 de 2007 alterou e revogou dispositivos da Lei 6.404/76, e da Lei nº 6.385/76, e deu o primeiro passo na direção de harmonizar os padrões nacionais aos internacionais para as companhias abertas brasileiras. O processo de convergência atingiu seu auge em 2011, com a obrigatoriedade de que todas as companhias abertas adotassem o padrão em suas demonstrações consolidadas a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 (OLIVEIRA e LEMES, 2011).

Procedimentos novos para a avaliação do patrimônio e mudanças na divulgação das informações é um aspecto da convergência que muda o padrão contábil de fornecer informação relevante ao usuário. Porém, a maior mudança para a percepção de seus observadores trazida pelas normas internacionais é a mentalidade em que se baseia a sua elaboração. Lopes e Martins (2007), explicam que conteúdo informativo é aquele que possui relevância e que tenha a capacidade da informação de alterar as crenças e percepções dos usuários, ou seja, a informação que não altera a percepção que o usuário tem não pode ser considerada relevante. O novo padrão contábil desafia os contadores para demonstrar a posição patrimonial e o desempenho da companhia o mais próximo possível da sua realidade econômica em detrimento de seus aspectos formais, reforçando assim o objetivo da contabilidade em fornecer conteúdo informativo aos seus usuários.

O Brasil é um dos países que adotaram as normas internacionais de contabilidade e que possuem precedentes contábeis baseados em regras com autoridades reguladoras de padrões rígidos. A contabilidade internacional, baseada em princípios e não em regras, alterou o exercício profissional e a necessidade de julgamento por parte de quem elabora os relatórios, alterando profundamente a maneira de elaborar o conteúdo informativo das demonstrações contábeis conforme destaca a FIPECAFI e Ernst e Young (2010).

Em razão da influência fiscal na elaboração das demonstrações contábeis para fins societários no Brasil, grande parte das empresas até o ano de 2009 depreciavam seus ativos com base nas taxas admitidas pelo Fisco. Tal prática reduzia a relevância da informação contábil para fins de tomada de decisão. Isso porque, ao longo do tempo, parte dos ativos totalmente depreciados, conforme critério fiscal continuava gerando benefícios econômicos para as empresas (FIPECAFI e ERNST YOUNG, 2010). A Instrução Normativa SRF 162/98 e 130/99 apresentava a quota de depreciação a ser registrada para determinar a base nos prazos de vida útil de bens.

Os métodos e taxas de depreciação de uma entidade de acordo com os padrões contábeis anteriores podem diferir daqueles que seriam aceitáveis de acordo as IFRSs, por exemplo, se foram adotados exclusivamente para fins tributários e não refletirem uma estimativa razoável da vida útil do ativo (International Accounting Standard - IAS 16). Para tentar corrigir a discrepância e para que as informações forneçam um ponto de partida adequado para a contabilização de acordo com as IFRSs, a norma internacional IFRS1 introduz a utilização do valor justo como custo atribuído para o imobilizado e propriedade para investimento. Em definição do termo, custo atribuído é o valor utilizado como substituto do custo ou do custo depreciado em uma determinada data (IFRS 1).

O *Deemed Cost*, ou Custo Atribuído é uma isenção da IFRS 1, que pode ser adotado na implantação inicial das IFRS, ou seja, a empresa teve a opção de aderir ou não à mensuração de seus ativos imobilizados e propriedades para investimento. Na opção de aderir à isenção a empresa teve a opção de mensurar o ativo imobilizado e as propriedades para investimento pelo custo atribuído nesta data (valor justo ou valor reavaliado comparável ao valor justo). Esta opção significa que uma entidade informará os mesmos dados de custo como se tivesse adquirido um ativo com o mesmo potencial de serviço restante por esse valor na data de transição para as IFRS. Desse modo a oportunidade de “corrigir” valores de ativos que

poderiam estar com saldos defasados ou até mesmo de ativos que estivessem baixados nos registros contábeis, porém ainda sendo utilizados e gerando valor econômico para as empresas.

A mudança no padrão contábil brasileiro, como citado anteriormente muda a utilização de regras para a utilização de princípios. O problema encontrado é que o risco de gerenciamento oportunístico por parte dos elaboradores das demonstrações contábeis pode aumentar. Cormier *et al.* (2009), verificaram que incentivos gerenciais exercem influencia sobre a adoção das isenções do IFRS 1 no ano de transição das normas internacionais. Esta afirmação implica em refletir sobre a adoção do custo atribuído no caso brasileiro, visto que o procedimento previsto pelas normas internacionais tem como objetivo a apresentação da informação relevante aos usuários, mas que está passível de manipulação por parte dos gestores.

No Brasil a partir da Lei 6.404/76 até o ano de 2007, a alternativa para compensar a defasagem de mensuração dos ativos foi à reavaliação (SCHVIRCK E SANTOS, 2007). O cenário brasileiro enquanto permitida a reavaliação, era de procedimentos contábeis adotados de forma errônea como cita Schvirck e Santos (2007), de contabilização da reavaliação em conta diferente da conta adequada (Reserva de Reavaliação), e reavaliação de itens que não entravam no grupo permitido. A reavaliação, portanto não estava sendo utilizada para seu nobre fim.

Lopes *et al.* (2004), em seu estudo sobre a reserva de reavaliação no mercado financeiro, afirmam que “Investidores podem perceber uma reavaliação de ativo como uma boa informação uma vez que ela aumenta o ativo líquido da empresa. Alternativamente eles podem ver a reavaliação de ativos como um artifício de manipulação”, (tradução livre), desse modo com a reavaliação os ativos terão seus valores mais próximos do valor de mercado, tendo um impacto positivo na imagem da empresa com uma informação de melhor qualidade. Por outro lado, este artifício, também pode ser visto como uma forma de manipulação dos números das demonstrações para gerar informações enganosas.

Estudos sobre reavaliação de ativos no Brasil em sua maioria demonstram um comportamento fora do padrão esperado das empresas, com forte tendência a utilizar tal pratica para

manipulação contábil (SCHVIRCK, 2006; COSTA E FREITAS, 2012; SCHVIRCK E SANTOS, 2007; BATISTELLA, 2011).

Dessa forma, é possível pesquisar no cenário atual se houveram mudanças no comportamento das empresas brasileiras para seguir a qualidade do ambiente informacional ao qual o padrão internacional propõe. O presente trabalho busca neste novo cenário a existência de um perfil característico de empresas que optaram pela escolha contábil da adoção do *deemed cost*. Caso a hipótese seja confirmada, pode ser um indício da existência de um comportamento oportunístico por parte das companhias em tal escolha.

Dentro do contexto apresentado o presente trabalho buscou apurar se a adoção da isenção do *deemed cost*, possui relação com determinado grupo de empresas com características semelhantes. Em outras palavras o trabalho tem como objetivo responder a seguinte pergunta:

- Quais são as características predominantes nas companhias que explicam a escolha do gestor pela adoção do *deemed cost*?

1.2 Objetivos Gerais e Específicos da Pesquisa

O estudo procura verificar a existência de características predominantes que explique as empresas terem, ou não, optado pela utilização do *deemed cost*. Caso existam, identificar quais características. Como objetivos específicos pretendem-se:

- Identificar quais empresas adotaram o *deemed cost*;
- Levantar características das companhias que possam ter influencia a opção do *deemed cost*;
- Comparar as características com a escolha contábil adotada ou não.

1.3 Justificativa

Para Castro (2006), uma pesquisa deve ser importante, original e viável. O tema desta pesquisa demonstra importância, pois está ligado ao forte impacto que as mudanças nas informações contábeis brasileiras sofreram recentemente, visto que é útil para esclarecimento dos procedimentos adotados pelas entidades. É original, pois seu resultado tem capacidade de surpreender e viável porque o material e o tempo necessário é disponibilizado.

O tema de escolhas contábeis apesar de ser bastante discutido, não está esgotado principalmente após a implantação das IFRS no Brasil. Estudos relacionados ao tema escolhas contábeis demonstram que empresas brasileiras gerenciam seus resultados para assegurar redução da variabilidade (MARTINEZ, 2001). Pesquisas sobre a reavaliação de ativos no Brasil, relacionado ao período de permissão da reavaliação pela lei 11.638/07, estão vinculadas aos impactos deste período (SCHVIRCK, 2006; SCHVIRCK e SANTOS, 2007; GOIASSON e SCHVIRCK, 2008; BATISTELLA, 2011). Existem estudos sobre a utilização do padrão contábil internacional e a nova reavaliação permitida, porém com foco em resultados diferentes, como: análise da reavaliação em empresas limitadas e efeitos em suas investidoras de capital aberto; Impacto sobre os preços e os retornos das ações após mensuração de ativos; Impacto da mensuração de ativos em empresas de bens industriais (RENGEL *et al.*, 2010; RIBEIRO *et al.*, 2012; REZENDE *et al.*, 2013; BIÁSIO *et al.*, 2012). Apesar destas pesquisas mais recentes sobre o tema, poucos trabalhos buscaram estudar de maneira ampla o impacto das novas adoções, alguns se limitando apenas a um grupo pequeno de empresas.

Fields *et al.* (2001), explicam que é esperado que cada escolha contábil seja direcionada pelo conjunto de incentivos econômicos. Pesquisas relacionadas ao tema evidenciam a influência das normas contábeis na qualidade dos números divulgados, uma vez que as diferenças entre as informações contábeis das companhias brasileiras, divulgada a partir de mudanças das normas contábeis fornece informação adicional aos usuários das demonstrações contábeis.

1.4 Estrutura do trabalho

Esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos além da introdução. No Capítulo 2 foi feita a revisão teórica tratando sobre definição do *deemed cost* e os ativos que este alcança, os efeitos da reavaliação e casos de estudos brasileiros. No Capítulo 3 são apresentados os procedimentos utilizados na elaboração da pesquisa, descrição de sua característica, amostra de dados, as variáveis consideradas e os procedimentos estatísticos utilizados. No Capítulo 4, são descritos os resultados obtidos com a pesquisa. E no Capítulo 5, fazem-se as considerações finais.

2. Referencial Teórico

2.1 *Deemed Cost* (Custo Atribuído) e Ativos sujeitos á aplicação do *Deemed Cost*

Escolhas Contábeis é definido por Fields *et al.* (2001) como qualquer decisão cujo principal proposito é influenciar, seja pela forma ou pela substancia, a saída do sistema contábil de uma maneira específica, incluindo não somente as demonstrações de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, mas também o cálculo de impostos e a percepção de órgãos reguladores.

Uma investigação feita por Aledo *et al.* (2009) em empresas espanholas optantes pelo IFRS em adoção inicial, constatou a existência de diferenças significativas nas características das empresas para a eleição dos critérios opcionais fornecidos pelo IFRS indicando o uso para influencia positiva dos resultados. Os resultados sugerem que as empresas aplicavam

isenções que diminuísse as mudanças relacionadas ao GAAP espanhol utilizado anteriormente.

Mendes e Rodrigues (2006) averiguaram se as empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa selecionam políticas contábeis com o intuito de manipular resultados, foram selecionadas 40 empresas e o período de análise foi um período de cinco anos. A pesquisa mostra que as empresas portuguesas cotadas em bolsa desenvolvem ativamente práticas de manipulação contábil dos resultados e selecionam políticas contábeis que lhes permitam publicar um resultado com uma variância artificialmente reduzida.

Para a elaboração das primeiras demonstrações contábeis em IFRS no Brasil, foi divulgado o CPC 37, este baseado no texto do IFRS 1. De acordo com o CPC 37 (2010) o uso do custo atribuído (*deemed cost*) para ativo imobilizado e propriedade para investimento deveria ser feita conforme a Interpretação Técnica ICPC 10, esta que determina o ajuste ao custo atribuído pelo valor justo do imobilizado e trata sobre a implantação inicial dos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 28 – Propriedade para Investimento. Iudícibus *et al.* (2010), esclarecem que o pronunciamento CPC 37 tem como motivação principal orientar os procedimentos contábeis relativos à mudança de GAAP (do brasileiro para o internacional) sendo aplicado nas às demonstrações consolidadas.

De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda, Decreto 3.000 de 26 de março de 1999, a taxa anual de depreciação era fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar utilização econômica do bem pelo contribuinte na produção de seus rendimentos. Em parágrafo primeiro do art. 310 a Secretaria da Receita Federal publicaria periodicamente o prazo de vida útil admissível para cada espécie de bem assegurando ao contribuinte o direito de utilizar taxa adequada a seus bens mediante prova da adequação. Portanto a adoção das quotas estabelecidas por lei poderiam gerar valores defasados, pois não era refletida a real depreciação dos ativos imobilizados.

Como forma de corrigir o valor dos ativos imobilizados, foi permitido na adoção inicial das normas internacionais no Brasil o custo atribuído, para as classes de ativo imobilizado e para propriedades para investimentos, que seria o valor justo desses ativos na data de transição para os IFRS.

Quando da adoção inicial dos Pronunciamentos o ICPC 10 tem como principais tópicos do *deemedcost*:

- A administração da entidade poderia identificar bens ou conjunto de bens de valores relevantes ainda em operação, relevância medida em termos de provável geração futura de caixa, e que apresentassem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo;
- A opção de *deemed cost* foi aplicável somente na adoção inicial das normas internacionais, conseqüentemente não significou a prática contábil da reavaliação de bens anteriormente praticada;
- A Administração deverá indicar ou assegurar que o avaliador indique a vida útil remanescente e o valor residual previsto a fim de estabelecer o valor depreciável e a nova taxa de depreciação na data da transição;
- A avaliação deve ser feita por especialistas, avaliadores internos ou externos e estes devem apresentar relatório de avaliação fundamentado e com informações mínimas que permitam o pleno atendimento as práticas contábeis;
- Os efeitos dos ajustes deveriam ter a contrapartida no PL na conta denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- A opção pela atribuição de *deemedcost* se aplica igualmente às propriedades para investimento e seu reconhecimento se dará de acordo com sua natureza.

A isenção do custo atribuído, segundo a norma CPC 27, pode ser aplicada as seguintes classes de ativo imobilizado: Terrenos; edifícios; máquinas; navios; aviões; veículos a motor; móveis e utensílios e equipamentos de escritório.

FIPECAFI e Ernst Young (2010) afirmam que de maneira geral, não houve diferenças significativas no que diz respeito ao reconhecimento e à mensuração do Imobilizado quando comparado com a antiga norma brasileira, os bens imobilizados continuam a ser reconhecidos pelo valor de custo e são depreciados ao longo da vida útil. Contudo, a norma internacional exige um maior detalhamento e maior nível de divulgação.

Como define o CPC 27, ativos imobilizados de uma empresa são: “itens tangíveis utilizáveis por mais do que um período e que sejam mantidos para uso na produção ou fornecimento de

mercadorias ou serviços, para aluguel ou para fins administrativos”; também define que: “o reconhecimento do custo deve ser feito apenas se for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade e se o custo do item puder ser mensurado confiavelmente”. O CPC 27 menciona no item 31 a possibilidade nova mensuração de ativo quando:

Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada subsequente. A reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não apresente divergência relevante em relação ao seu valor justo na data do balanço.

O mesmo CPC 27 define ainda que os itens de cada classe do ativo imobilizado devem ser reavaliados simultaneamente, a fim de ser evitada a reavaliação seletiva de ativos e a divulgação de montantes nas demonstrações contábeis que sejam uma combinação de custos e valores em datas diferentes.

2.2 Os efeitos da reavaliação de ativos

A Lei 6.404/76 permitia por meio do § 3º do art. 183 a possibilidade de execução da reavaliação das contas patrimoniais do ativo, restrito a reavaliação para os bens tangíveis do ativo imobilizado. De acordo com o artigo 182 a contrapartida atribuída a aumento de valor do ativo seria classificada no patrimônio líquido na conta reservas de reavaliação. De acordo com a Lei 11.638/07 em seu artigo 6º: “Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até ao final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.” Desse modo as empresas poderiam estornar o saldo até o exercício findo de 2008 contra o valor reavaliado ou realizar todo o saldo que compõem a conta de Reserva de Reavaliação do Patrimônio Líquido.

A permissão para a reavaliação perdurou até o ano de 2007 quando a Lei 11.638/07 alterou a Lei anterior, extinguindo a possibilidade de realização de novas reavaliações patrimoniais. Com a determinação pelo Governo Federal para que as empresas brasileiras de capital aberto elaborem suas demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS, foi fortemente recomendado pelo CPC e pela CVM que, na adoção inicial das normas internacionais no Brasil, as empresas mensurassem os ativos imobilizados pelo custo atribuído, que seria o valor justo desses ativos na data de transição para os IFRS, os efeitos dos ajustes deveriam ter a contrapartida no PL na conta denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial. Caso a empresa tivesse realizado a reavaliação anteriormente, enquanto legalmente permitida, e os valores fossem representativos do valor justo, poderia esses valores serem admitidos como o custo atribuído nas adoções iniciais.

2.3 Estudos sobre a reavaliação de ativos no Brasil antes da IFRS e utilização de *Deemed Cost*

O cenário vivido pelo Brasil em relação à reavaliação de ativos pode ser entendido pelo Parágrafo 9 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários 183/95:

Parágrafo 9: A flexibilidade permitida pela legislação levou a uma heterogeneidade de tratamento na aplicação da reavaliação por parte das empresas, inclusive com a adoção de práticas distantes do objetivo para o qual foi criada, tais como, dentre outros: a) empresas que efetuaram reavaliações para compensar correções monetárias insuficientes; b) empresas que efetuaram a contabilização de depreciações aceleradas ou superiores ao efetivo desgaste físico dos bens; c) empresas que registraram reavaliações visando demonstrar custos mais atualizados para justificar aumento de preços; d) empresas que a aplicaram visando afetar distribuição de lucros; e) empresas que a aplicaram visando benefícios de ordem fiscal mediante a compensação contra prejuízos fiscais prestes a expirar; e f) empresas que a adotaram objetivando alterações na relação entre capital próprio e de terceiros.

A reavaliação, portanto como afirma acima não estava sendo utilizada para o seu objetivo inicial. Estava sendo utilizada como meio de alterar a informação contábil a favor de correções no Balanço Patrimonial. Estudos verificaram por meio das informações das empresas a maneira da utilização da reavaliação e chegaram a conclusões de que a reavaliação

era heterogênea e que também estaria sendo usada para alterar índices e afetar dados contábeis.

Schvirck (2006) analisou as demonstrações contábeis somente de empresas Sociedade por Ações do período de 1996 a 2004 para avaliação de práticas em relação à reavaliação do ativo. Foi selecionado aleatoriamente um grupo de 120 empresas sendo 69% das companhias fechadas e 31% de capital aberto. Schvirck (2006) indica que determinadas empresas poderiam ter utilizado a reavaliação para melhorar a sua imagem, adequar índices de endividamento, evitar o aparecimento de Patrimônio Líquido Negativo, melhorar resultados e assim não estivesse atendendo aos propósitos da reavaliação. Observou-se que não existia uniformidade na utilização das reavaliações de ativos e em 90% das empresas que realizaram reavaliação não foi respeitada a periodicidade exigida por legislação, às reavaliações foram feitas parcialmente, enquanto a reavaliação deveria ser feita para todos os ativos de mesma classe.

Schvirck e Santos (2007), realizaram uma pesquisa sobre o impacto da reavaliação de ativos sobre os índices de endividamento de empresas. Schvirck e Santos (2007) analisaram 71 empresas através dos indicadores de endividamento calculados sem a influência dos ajustes de reavaliação e os valores calculados após o ajuste de reavaliação. A pesquisa mostrou que a maioria das empresas tiveram melhores indicadores de endividamento total quando fizeram a reavaliação de ativos. Dois índices de endividamento foram utilizados: endividamento total e participação de capitais de terceiros sobre o capital próprio, também foram calculados a composição do endividamento. Para os três testes o mesmo resultado foi obtido, no primeiro 65 das 71 empresas tiveram melhores indicadores de endividamento total quando realizada reavaliação e as seis restantes apresentaram resultado inverso. Para o segundo teste as que possuíam PL negativo foram excluídas e 41 das 47 empresas testadas apresentaram índices de participação de capitais de terceiros melhores com o efeito da reavaliação. Por fim o índice de composição do endividamento 68 das 71 empresas apresentaram melhor indicador da composição quando considerado os efeitos da reavaliação.

Giasson e Schvirck (2008) testaram a hipótese de diferenças no perfil de empresas que adotavam a reavaliação das que não adotavam. Foram calculados os indicadores de desempenho econômico-financeiro para os dois grupos e comparado se suas médias eram iguais (não existindo diferenças nos indicadores dos dois grupos) ou se eram médias

diferentes (existir diferença nos indicadores dos dois grupos). Giasson e Schvirk (2008) concluíram a existência de diferenças significativas entre os indicadores econômicos financeiros das empresas que faziam e das que não faziam reavaliação, as empresas que não faziam reavaliação apresentaram melhores indicadores financeiros, melhores índices de estrutura patrimonial, menor nível de endividamento e menor imobilização dos capitais.

Batistella (2011) em seu estudo de *value relevance* sobre a reavaliação de ativos, usou o período de 1996 a 2007 para testar se a informação contábil pelo custo histórico seria menos *value relevant* do que a informação contábil com práticas de reavaliação de ativos imobilizados. Pelo cálculo do valor de mercado das empresas, a prática de reavaliação de ativos imobilizados não forneceu informações mais *value relevant* e como descrito no estudo à reavaliação é tratada com heterogeneidade, as reavaliações não foram feitas com periodicidade, o que resulta em práticas contábeis de reavaliações de ativos imobilizados com baixo grau de relevância.

Ribeiro *et al.* (2011) em seu estudo sobre o impacto da adoção do *deemedcost* no valor das empresas brasileiras do setor de papel e celulose, avaliaram três empresas e realizaram cálculos de indicadores financeiros antes da adoção do custo atribuído e depois da adoção. Os resultados demonstram que os índices tiveram queda significativa tendo influência negativa e provocaram destruição de valor da empresa consequentemente perda no valor de mercado. No trabalho também foi observado que a adoção do *deemedcost* nas empresas analisadas não foi feita de forma homogênea sendo a reavaliação aplicada somente em parte do ativo.

Costa e Freitas (2012) verificaram variáveis para explicar a escolha de adoção de isenções do CPC 37, dentre elas a reavaliação de ativos. Eles constataram baixo índice de adoção da maior parte das isenções disponíveis no CPC. Para os resultados com a reavaliação um grupo de variáveis, como tamanho da empresa e rentabilidade, tiveram relação significativa com grupos de empresas que utilizaram a opção pelo custo atribuído.

3. Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa pode ser classificada como analítica, quanto ao seu objetivo, predominantemente quantitativa, quanto ao seu método e dedutiva no que tange sua forma de raciocínio. Os dados são todos secundários e a regressão logística foi à técnica estatística adotada para cumprir o objetivo da pesquisa.

3.1 Universo Analisado e Coleta e Classificação dos dados

Foram selecionadas para esta pesquisa o universo de companhias de acordo com os dados disponíveis do programa Economatica, utilizando-se apenas de empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, estas que estão obrigadas a divulgar seus demonstrativos financeiros. Inicialmente, levantou-se uma base bruta de 305 empresas, sendo que a mesma foi levantada a partir da adoção dos critérios:

1. Empresas ativas, independente de possuir negociação de suas ações na data de coleta dos dados;
2. Que fossem empresas em negociação no Brasil, ou seja, empresas em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo na data de coleta dos dados.

Para o teste proposto, foram coletados os dados consolidados no ano 2009 relativos ao nível de governança, setor, empresa de auditoria, tamanho da empresa, Imobilizado, reserva de reavaliação e endividamento.

A base de dados era composta inicialmente por 305 empresas. O primeiro passo no tratamento dos dados foi a exclusão de 22 empresas, pois não apresentavam informações, ou seja, apresentaram ausência de dados. Entre elas as empresas Abril Educação, CCX Carvão, Vigor e Itanhatinga. As notas explicativas do restante das empresas foram analisadas e verificado se empresa se manifestava em relação à adoção do *deemed cost*. Por meio do relatório de

políticas contábeis adotadas e das notas explicativas divulgadas foi verificado se a empresa optou por adotar a aplicação do *deemed cost*. Pela busca pelas palavras chave: *deemedcost*, custo atribuído e imobilizado, pode-se verificar a opção da empresa em adotar ou não a isenção. Outras 66 empresas foram excluídas por não apresentarem em nota explicativa nenhuma citação sobre a isenção e sua adoção. Após isto, foram excluídas outras 6 empresas, pois apresentavam dados discrepantes (*outliers*) do restante da amostra, são as empresas Parque HopiHari, Pro Metalúrgica, GBSA, Ideias Net, Batistella e OSX. A base de dados passou a ser composta por 211 empresas.

A seguir são apresentadas descrições das variáveis que foram empregadas neste trabalho como direcionadores das possíveis escolhas contábeis.

3.2 Direcionadores das escolhas contábeis

Potenciais direcionadores das escolhas contábeis foram investigados em trabalhos anteriores (ALEDO *et al.*, 2009; RAMOS e MARTINEZ, 2006; ALMEIDA e ALMEIDA, 2007; WATTS e ZIMMERMAN, 1978). A seguir os direcionadores identificados nesta pesquisa.

3.2.1. Nível de Governança

As práticas de Governança Corporativa como a constituição do conselho de administração, criação de comitês, auditoria, no conceito de credibilidade no mercado são ferramentas úteis para minimizar o gerenciamento de resultados (RAMOS e MARTINEZ, 2006). No estudo de Ramos e Martinez (2006), foram comparados os níveis de gerenciamento de resultado das cento e cinquenta maiores empresas com índice de liquidez na Bovespa, e concluíram que empresas do novo mercado, níveis 1 e 2, apresentam uma menor variabilidade dos *accruals* discricionários quando comparado àquelas que não aderem a nenhum nível.

Para operacionalizar a medida de governança corporativa, foi criada uma *dummy* com 2 duas categorias, sendo o número zero aquelas empresas que não se enquadram em nenhum nível de novo mercado e o número um para aquelas que se enquadram em um dos quatro níveis: Novo Mercado, Nível 2, Nível 1, Bovespa Mais. Espera-se que a relação entre prática de governança e comportamento oportunístico seja negativa, portanto espera-se que a variável nível de governança não seja significativa.

3.2.2. Empresa de auditoria Big 4

A Auditoria por Big4 leva a crer que a propensão de gerenciamento de resultados contábeis é menor, pois as empresas tendem a manter sua reputação de alto nível (ALEDO *et al.*, 2009). Trabalhos encontraram uma relação negativa entre gerenciamento de resultados e a qualidade do grupo de auditores (ALMEIDA e ALMEIDA, 2007; MARTINEZ, 2010).

Segundo Martinez (2010), as empresas *Big four* efetivamente gerenciam menos resultados, as empresas de auditoria nacionais são mais tolerantes em relação ao coeficiente de “gerenciamento” de resultados contábeis. No estudo de Almeida e Almeida (2007), os resultados indicaram que, apesar das flexibilidades existentes, para que haja subjetividade nas decisões dos executivos que poderiam influenciar nos resultados das firmas, as empresas que são auditadas por *Big four* possuem um menor grau de *accruals* discricionários.

A variável chamada de BIG4 representa as quatro empresas de auditoria: Price, Deloitte, KPMG, Ernst. Foi criada uma variável dicotômica binária, considerado zero (0) para empresas de auditoria fora do grupo e um (1) para auditoria de alguma *Bigfour*. Espera-se que empresas auditadas por Big4 não apresentem comportamento oportunístico, portanto influência negativa na adoção do *deemed cost*.

3.2.3. Setor de Atuação

Para testar se o setor é significativo a pesquisa utilizou a variável setor como fator e não como *dummy* no modelo de regressão. Essa escolha foi devido ao fato da utilização de *dummies* subestratificar a amostra o que diminuiria os graus de liberdade do modelo, possivelmente enviesando os seus resultados devido a baixa representatividade individual de companhias em alguns setores.

Aledo *et al.* (2009) afirmam a uniformidade entre as empresas do mesmo setor e adoção de prática contábil semelhante. Se o setor de atuação das empresas é um direcionador das escolhas contábeis, é esperado que a empresa que adotar prática contábil diferente da adotada pelas demais empresas do setor seja penalizada.

Para operacionalizar tal variável, os setores foram divididos em 18 categorias (fatores), sendo que cada fator representa um setor do Nível 1 do NAICS. Espera-se que a relação seja tanto negativa quanto positiva. Segue abaixo quadro de setores:

Setor de Atuação	n°
Administração de empresas e empreendimentos	1
Agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e caça.	2
Artes, entretenimento e recreação	3
Assistência médica e social	4
Comércio atacadista	5
Comércio varejista	6
Construção	7
Educação	8
Empresa de eletricidade, gás e água.	9
Hotel e restaurante	10
Imobiliária e locadora de outros bens	11
Indústria manufatureira	12
Informação	13
Mineração	14
Serviços de apoio a empresas e gerenciamento de resíduos e remediação	15
Serviços financeiros e seguros	16
Serviços profissionais, científicos e técnicos.	17
Transporte e armazenamento	18

Ilustração 1- Numeração dos setores de atuação.

3.2.4. Ativo Total

Empresas de grande porte podem apresentar incentivos à seleção de métodos contábeis que diminuam os lucros divulgados para evitar riscos políticos, as empresas maiores por serem mais expostas tentariam amenizar os esses ricos (WATTS e ZIMMERMAN, 1968).

A medida selecionada foi ativo total transformado em sua base logarítmica (TAM) para evitar uma discrepância muito grande entre os valores. É esperado que quanto maior for o tamanho da companhia medido pelo ativo total, menor será a probabilidade de adotar o custo atribuído, devido principalmente a tentativa de menor exposição.

3.2.5. Imobilização

O montante do ativo imobilizado possui poder explicativo sobre o montante das despesas de depreciação (MARTINEZ, 2001). Desse modo o impacto da depreciação será maior para montantes maiores de ativos imobilizados, o que poderia ser fator relevante para não adoção do *deemed cost*. Em contra partida como citado a frente na variável ENDIV, o valor pode reforçar a capacidade de endividamento e a importância deste valor pode estimular a adoção desta prática.

O grau de relevância do imobilizado foi medido pelo imobilizado total dividido pelo ativo total. Espera-se que o grau de imobilização tenha influencia na adoção do *deemed cost*, pois quanto maior o imobilizado maior seria a relevância da adoção do custo atribuído para o resultado contábil da companhia.

3.2.6. Reserva de Reavaliação

A utilização da reserva de reavaliação gerou aumento no patrimônio líquido da empresa, conseqüentemente, gerou efeito positivo sobre indicadores financeiros (MARTINEZ, 2001). Como os saldos existentes nas reservas de reavaliação deveriam ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até ao final do exercício social em que as IFRSs entrassem em vigor, espera-se que empresas que possuem saldo de reserva de reavaliação optem por realizarem o custo atribuído, já que tal prática de reavaliação de ativos vinha sendo feita anteriormente, talvez por motivos como mencionado acima de gerar melhor indicadores financeiros.

A reserva de reavaliação foi medida pelo valor total do saldo de reserva de avaliação na data do balanço de 2009, dividido pelo valor total do imobilizado na mesma data. Àquelas empresas que não possuíam saldo na reserva de reavaliação ficaram com valores zerados. Espera-se que a relação entre reserva de reavaliação e *deemed cost* seja positiva, isto é, empresas que possuem altos valores de reserva optar pela utilização do *deemed cost*.

3.2.7. Endividamento

A empresa endividada teria maior preocupação em estar sinalizando condição de equilíbrio financeiro para o mercado (MARTINEZ, 2001). Para a empresa que já esta endividada, reportar resultado negativo é muito mais oneroso do que para aquela empresa que possui baixo endividamento.

Uma série de fatores internos e externos determina o uso de capital próprio e de terceiros na estrutura de financiamento da empresa. Companhias mais endividadas teriam incentivos para realizar determinadas escolhas contábeis, pois quanto maior o endividamento maior é a possibilidade da companhia em empregar técnicas para aumentar seu lucro e não violar cláusulas contratuais (WATTS e ZIMMERMAN, 1986).

Nesta pesquisa o endividamento (ENDIV) foi medido pelo indicador dívida bruta dividido pelo PL total. Para as companhias que apresentaram o patrimônio líquido negativo, o indicador não foi calculado, ficando como *missing value*. Espera que a variável tenha influencia positiva, uma vez que a adoção do *deemed cost* aumenta o PL e desse modo tendo capacidade de diluir a dívida bruta.

Variáveis Independentes de Controle				
Variável	Nome	Descrição	Sinal Esperado	Operacionalização
GOV	Nível de Governança	Variável dicotômica que mede se a companhia fez adesão a algum nível de governança corporativa da BOVESPA	-	Variável <i>Dummy</i> com 2 categorias: 0 = Não aderiu a nenhum nível diferenciado de governança da classificação proposta pela BOVESPA // 1 = Aderiu a algum nível diferenciado de governança da classificação proposta pela BOVESPA
BIG4	Empresa de Auditoria Big 4	Variável dicotômica que mede se a companhia foi auditada por uma BIG four.	-	Variável <i>Dummy</i> com 2 categorias: 0= não foi auditada por uma firma BIG4 // 1= Foi auditada por uma firma BIG4
SETOR	Setor de Atuação	Setor de atividade econômica segundo a classificação NAICS nível 1	±	Variável <i>dummy</i> com 18 categorias (quadro no tópico Setor de Atuação).
LAT	Ativo Total	Ativo total da companhia transformado para sua base logarítmica. Utilizado como medida de tamanho.	±	Ln Ativo Total
IMOB	Imobilização	Proporção do Imobilizado total da empresa em relação ao tamanho do ativo.	+	(Imobilizado Total) / (Ativo Total)
RESERVA	Reserva de Reavaliação	Proporção da Reserva de Reavaliação em relação ao nível de Imobilização.	+	(Reserva de Reavaliação) / (Imobilizado Total)
ENDIV	Endividamento	Grau de endividamento da companhia em relação ao seu capital próprio.	+	(Dívida Bruta) / (Patrimônio Líquido)

Ilustração 2 - Descrição resumida das variáveis utilizadas na pesquisa (final)

3.3 Teste Estatístico

O trabalho utilizou a regressão logística ou modelo Logit. O objetivo é verificar entre as variáveis independentes que representam as características das empresas aquelas com capacidade de discriminar possíveis relações. De acordo com Gujarati (2006), o Logit como função de regressão pertence à classe dos modelos estatísticos, em que a variável explicada quando qualitativa, tem o objetivo de que algo aconteça quando observada as demais variáveis explicativas do modelo. A finalidade do modelo básico é refletir uma escolha entre duas alternativas, do tipo “não ou sim”, sendo a variável dicotômica uma variável *dummy*, que assume os valores 0 ou 1 respectivamente.

Fávero *et al.* (2009, p. 440, 441) explica que:

[...] a regressão logística destina-se a aferir a probabilidade de ocorrência de um evento e a identificar características dos elementos pertencentes a cada grupo determinado pela variável categórica. A regressão logística é uma técnica estatística utilizada para descrever o comportamento entre uma variável dependente binária e variáveis independentes métricas ou não métricas. Ou seja, destina-se a investigar o efeito das variáveis pelas quais os indivíduos, objetos ou sujeitos estão expostos sobre a probabilidade de ocorrência de determinado evento de interesse.

O modelo assume a seguinte forma:

$$P(Y = 1|X) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \sum \beta_i X_i)}}$$

Onde,

A função logística $P(Y=1|X)$, assume valores entre 0 e 1;

P – Indica a probabilidade de ocorrência de determinado evento de interesse;

A variável dependente Y assume 1 para adoção do *deemedcost* e 0 para não adoção do *deemedcost*;

X – Representa o vetor de variáveis explicativas, ou independentes: Tamanho; Setor; Imobilizado; Nível de Governança; Endividamento; Reserva de Reavaliação; Empresa de Auditoria Big 4.

A partir do cálculo da probabilidade (P) é possível se obter as chances de ocorrência do evento de interesse (Chance). Para isso, divide-se a probabilidade do evento ocorrer, pela probabilidade de que o evento não ocorra ($1-P$), ou seja, a probabilidade de sucesso pela probabilidade de insucesso, da seguinte forma:

$$\text{Chance} = \frac{P}{1-P}$$

Com o cálculo da Probabilidade e da Chance pode-se obter a Razão de Chances (*Odds Ratio*).

$$\text{Razão de Chances} = \frac{\text{Chance após a mudança de uma unidade no predictor}}{\text{Chance original}}$$

A análise da Razão de Chances indica, para o caso de variável dicotômica, qual a chance do evento de interesse ocorrer quando a variável previsora tem a característica testada, em relação a chance do evento ocorrer caso a variável previsora não tenha tal característica. Para variáveis numéricas ou ordinais, a Razão de Chances indica qual o aumento (ou a diminuição) da chance do evento ocorrer, após o aumento de uma unidade (ou nível) na variável explicativa.

Por meio da regressão logística foi possível testar as hipóteses relativas à associação entre a adoção ou não adoção do *deemed cost* e as variáveis investigadas na pesquisa, identificando-se a significância dos coeficientes estimados bem como a Razão de Chances de cada variável.

Para mitigar o efeito de potenciais variáveis não relacionadas à escolha foi empregado também o procedimento *stepwise*.

4. Apresentação e Análise de Resultados

4.1 Estatística Descritiva das principais variáveis utilizadas na pesquisa

A apresentação dos resultados desta pesquisa foi dividida em três partes. Na primeira parte, foi feita uma análise descritiva com as principais variáveis do trabalho. Na segunda parte foram apresentados os resultados do modelo logit, o impacto das variáveis independentes analisadas sobre o *deemed cost*. Na terceira parte foi feita uma análise sobre as medidas de ajuste do modelo.

Tabela 1– Estatística descritiva das principais variáveis utilizadas na pesquisa

Variável	N	Min	Max	Média	Desvio-Padrão	Assimetria	Curtose
DEEMED	245	0	1	-	0,492	0,374	1,140
GOV	245	0	1	-	0,496	-0,272	1,074
BIG4	245	0	1	-	0,451	-0,971	1,943
SETOR	245	1	18	-	3,763	-0,689	3,621
LAT	245	15,067	27,286	21,099	1,998	0,000	3,395
IMOB	245	0	0,987	0,312	0,245	0,499	2,358
RESERVA	244	0	1,292	0,058	0,149	3,975	24,491
ENDIV	212	0	790,94	78,814	95,833	3,221	19,618

A tabela acima exhibe as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo. É possível observar baixa dispersão dos dados, possivelmente causado pelo abrangente número de empresas da amostra. Os desvios padrão não apresentam grande distanciamento dos valores das médias, exceto para a variável ENDIV onde um alto valor é encontrado. A dispersão maior de dados da variável ENDIV é possivelmente causada pela heterogeneidade dos valores nas empresas e o desvio padrão maior que a média corrobora esta afirmação.

Quanto a assimetria dos dados, apesar de serem diferentes do valor ideal zero, não se percebe grandes valores que possam influenciar o aumento da média, exceto para a variável RESERVA e ENDIV, estas que podem sofrer influencia no aumento da média e consequente maior graus de desvio. Quanto a curtose, verifica-se que metade das variáveis possuem valores abaixo de 3, que indica uma distribuição mais achatada (platicúrtica) e outra metade apresenta distribuição mais afunilada (leptocúrtica), ou seja, segundo Gujarati (2006), as distribuições na primeira são mais baixas e menos concentradas que a distribuição normal e na segunda as distribuições são mais altas e concentradas que a distribuição normal.

A variável RESERVA apresentou o maior nível de curtose 24,49053 que representa maior discrepância em relação à altura do ponto máximo da curva de distribuição, juntamente com a maior assimetria 3,97537, o que confirma o resultado anterior da distribuição da variável. A variável ENDIV apresentou também grau elevado de curtose 19,6178 e de assimetria 3,22 o que representa também alto grau de desvio dos dados além de apresentar um elevado grau de desvio padrão 95,83.

Para medir o grau de associação entre as variáveis foi realizado o teste de correlação das variáveis. A tabela abaixo apresenta os resultados:

Tabela 2 – Correlação entre as variáveis principais utilizadas no trabalho

	DEEMED	GOV	BIG4	SETOR	LAT	IMOB	RESERVA	ENDIV
DEEMED	1,0000							
GOV	-0,1799*	1,0000						
BIG4	-0,2185*	0,4606*	1,0000					
SETOR	-0,0338	0,0609	0,0369	1,0000				
LAT	-0,0567	0,3754*	0,4622*	0,1144	1,0000			
IMOB	0,1815*	-0,0794	-0,0599	0,0385	0,0301	1,0000		
RESERVA	0,2056*	-0,2227*	-0,2979*	0,0107	-0,2718*	0,2154*	1,0000	
ENDIV	0,0695	-0,1198	0,065	-0,0398	0,1186	0,04444	-0,0069	1,0000

Obs.: * denota significância bi-caudal no nível 0,10.

As variáveis BIG4, GOV, LAT apresentaram correlação significativas e comportamento conforme previsto, pois empresas maiores tendem a serem auditadas por empresas *Big four* e terem seus níveis de governança acima das demais empresas de menor porte ou auditadas por outras empresas de auditoria. A maior correlação obtida foi entre *Big four* (BIG4) e

governança (GOV) com 0,46 (sig>0,10/bicaudal) e entre ativo total (LAT) e *Big four* (BIG4) com 0,46 (sig>0,10/bi-caudal). Não foram observadas correlações fortes e significativas que prejudiquem o resultado estatístico. Isto permite inferir que o modelo utilizado na pesquisa não deve ter problemas de multicolinearidade, assim sem risco de grandes alterações nas estimativas dos coeficientes de regressão e na aplicabilidade geral do modelo estimado.

4.2 Resultado da Regressão Logística

O modelo como um todo foi significativo a um $p\text{-value} < 0,01$ e apresenta um pseudo R^2 de 0,0902. É possível observar, na tabela abaixo, na análise dos coeficientes da regressão que as variáveis foram estatisticamente significantes: empresa de auditoria (BIG4) significativa a um nível de α de 0,01 (Coef -1,078867; Erro padrão 0,4079; $p\text{-value}$ 0,008); imobilizado (IMOB) significativa a um nível de α de 0,05 (Coef 1,6; Erro Padrão 0,704; $p\text{-value}$ 0,023); reserva de reavaliação (RESERVA) significativa a um nível de α de 0,10 (Coef 3,0457; Erro Padrão 1,5815; $p\text{-value}$ 0,054). As demais variáveis não apresentaram um efeito estatisticamente significativo.

Tabela 3 - Resultados da regressão logística

Regressão Logística						
Prob. Log = -129.04813		Nr. de Obs. =	211	Prob>chi2 =	0,0006	
		LR chi2(7) =	25,59	Pseudo R2 =	0,0902	
<i>DEEMED</i>	Coef.	Desvio P.	Razão de C.	Desvio P.	z	P> z
GOV	-0,1800	0,3440	0,8353	0,2873	-0,5200	0,6010
BIG4	-1,0789	0,4078	0,3400	0,1387	-2,6500	0,0080
SETOR	-0,0247	0,0416	0,9756	0,0406	-0,5900	0,5520
LAT	0,0883	0,1024	1,0924	0,1119	0,8600	0,3880
IMOB	1,5947	0,7039	4,9266	3,4679	2,2700	0,0230
RESERVA	3,0457	1,5815	21,0256	33,2521	1,9300	0,0540
ENDIV	0,0014	0,0015	1,0014	0,0015	0,9300	0,3510
_cons	-1,8806	2,0817	15,2494	0,3174	-0,9000	0,3660

A governança (GOV) não é estatisticamente significativa, portanto sinaliza que empresas que adotam determinadas práticas de governança corporativa não são mais propensas a realizar a reavaliação de ativos, assim como encontrado no estudo de Freitas e Costa (2012) a participação no novo mercado da BM&FBOVESPA está relacionada a manutenção do custo histórico.

A variável empresa de auditoria (BIG4), o resultado indica que as empresas auditadas por BIG4 tem menor propensão em adotar o custo atribuído. O coeficiente é negativo uma vez que a razão de chance é inferior a 1. De acordo com os dados se o coeficiente BIG4 aumentar em uma unidade, mantendo os demais constantes, o logit estimado diminui 1,07 a probabilidade de adoção do custo atribuído. Do mesmo modo a razão de chances é de que seja 66% (0,3399 - 1) maior chance de não adotar o custo atribuído. Este resultado assim como evidências encontradas no estudo de Freitas e Costa (2012), demonstra relação negativa entre custo atribuído e empresas BIG4, ou seja, empresas de Big4 tenderiam a manter o conservadorismo e por consequência as empresas sofreriam a influencia para manter o custo histórico.

O setor (SETOR), o tamanho da empresa (LAT), e o endividamento (ENDIV), não apresentaram significância estatística, os três apresentaram alfa fora do nível de 5% e 10%. Os resultados obtidos com setor (SETOR) e tamanho da empresa (LAT) são diferentes dos encontrados no estudo de Freitas e Costa (2012), onde são consideradas variáveis significativas para adoção de custo atribuído. O resultado não apoia a hipótese de que empresas maiores são mais propensas a adotar o custo atribuído para mitigar custos políticos, seja por depreciação ou por resultado.

Em relação ao imobilizado (IMOB), a variável se apresentou como a mais significativa positivamente. O coeficiente IMOB sendo aumentado em uma unidade, mantendo os demais constantes, o logit estimado aumenta 1,59 sua probabilidade. Do mesmo modo a relação de chance é positiva sendo 392% (4,9266 - 1) vezes maior. Esta variável possui a mais alta relação de chance de ocorrência. O resultado corrobora com o estudo de Freitas e Costa (2012) e de Schvirck Santos (2007), que indicam relação entre a representatividade do ativo fixo (quanto maior a representatividade do ativo imobilizado sobre o ativo total) com a reavaliação para melhoras na capacidade de índices de endividamento.

Por fim a variável reserva (RESERVA) apresentou também significância positiva com um aumento de 3,04 do logit estimado, em uma alteração da unidade da variável reserva mantendo as demais variáveis constantes. Esta apresentou o maior coeficiente juntamente com alta razão de chances de ocorrência. A probabilidade de sucesso, ou adoção, para empresas que possuem saldo de reserva de reavaliação é 200% (21,02 – 1) vezes superior. Apesar do alto valor de razão de chances, a variável é significativa a 10% o que é discutível.

4.3 Ajustamento do modelo logístico

Na tabela abaixo foi efetuado procedimento de *stepwise* para mitigar o efeito de potenciais variáveis não relacionadas à escolha. O seguinte resultado foi obtido com o modelo ajustado:

Tabela 4 - Resultado regressão logística modelo *stepwise*

Regressão Logística		Número de obs. = 211		Prob> chi2 = 0,0000		
Log likelihood = -130.35993		LR chi2(3) = 22,96		Pseudo R2 = 0,0809		
<i>DEEMED</i>	Coef.	Desvio P.	Razão Chance	Desvio P.	z	P> z
IMOB	1,712205	0,6636466	5,541165	3,677376	2,58	0,010
BIG4	-1,00003	0,3528892	0,3678678	0,1298166	-2,83	0,005
RESERVA	2,876585	1,540042	17,75354	27,34119	1,87	0,062
_cons	-0,34003	0,3518265	0,711747	0,2504114	-0,97	0,334

O modelo ajustado apresentou-se como significativo a um $p\text{ value} < 0,01$, pseudo R2 foi de 0,0809 e os resultados anteriormente foram confirmados. A variável IMOB continuou estatisticamente significativa a um α de 0,05 (Coef 1,712205; Erro padrão 0,6636; $p\text{-value}$ 0,010). A razão de chances do coeficiente IMOB foi de 4,54 (1 – 5,5411), ou seja, as empresas com alto nível de imobilização têm 454% vezes mais chance de adotar o custo atribuído, do que outras empresas com menor nível de imobilização. A variável BIG 4 continuou estatisticamente significativa a um α de 0,05 (Coef. -1,000032; Erro padrão 0,3528; $p\text{-value}$ 0,005). A razão de chances do coeficiente BIG4 foi de - 0,64 (0,36 - 1), ou seja, as

empresas com auditoria *Big four* tem 64% vezes menos chance de adotar o custo atribuído. Por último a variável RESERVA também continuou estatisticamente significativa a um α de 0,10 (Coef 2,876585; Erro Padrão 1,54; *p-value* 0,062). A razão de chances de adotar o custo atribuído para empresas que possuem saldo na reserva de reavaliação têm $(17,753 - 1)$ 167% vezes mais chances de adotar a isenção.

4.4 Teste Hosmer – Lemeshow

O teste *goodness-of-fit* avalia se há diferenças significativas entre as frequências observadas e as esperadas, a partir da estratificação dos valores das observações em faixas, ou seja, o teste associa os dados as suas probabilidades estimadas da mais baixa a mais alta e determina se as frequências observadas estão próximas das frequências esperadas (FÁVERO *et al.*, 2013). As hipóteses do teste são de haver ou não associação, quando ela ocorre significa que o modelo pode ser considerado ajustado. Abaixo segue os resultados:

Tabela 5 - teste Hosmer-Lemeshow

ModeloLogístico para DEEMED, <i>goodness-of-fit test</i>	
Número de observações =	211
Número de covariantes =	211
Pearson chi2(203) =	208,88
Prob> chi2 =	0,3737

Tabela 6 - teste Hosmer-Lemeshow

ModeloLogístico para DEEMED, <i>goodness-of-fit test</i> modelo <i>stepwise</i>	
Número de observações =	211
Número de covariantes =	211
Pearson chi2(207) =	207,68
prob> chi2 =	0,4737

Não é rejeitada a hipótese de que há associação entre os valores observados e os previstos e, consequentemente, o modelo pode ser considerado como tendo um bom ajuste. O modelo se encaixa razoavelmente bem tanto para o primeiro resultado (0,37), quanto para o segundo utilizado o *stepwise* (0,47), pois os níveis descritivos (p), para cada método são maiores que o nível de significância ($p\text{-valor} > 0,05$). O número de padrões de co-variáveis (207) é próximo do número das observações (211), e não pode ser considerado inadequado.

4.5 Curva ROC

Segundo Fávero *et al.* (2009) a curva ROC é o cálculo da sensibilidade e especificidade para cada ponto de corte. A sensibilidade nesse caso é a adoção do custo atribuído que foi classificada corretamente. Já a especificidade é a não adoção do custo atribuído que foram classificados corretamente. Quanto maior a área sobre a curva ROC, maior é a capacidade de o modelo discriminar os grupos do evento de interesse do restante, ou seja, a adoção da não adoção. A curva ROC quanto mais distante estiver da diagonal, melhor será o poder discriminatório do modelo. O nível de discriminação aceitável está entre 0,5 e 0,8 (FÁVERO *et al.*, 2014).

A capacidade de discriminar as categorias da variável dependente foi de 0,69 e o modelo com *stepwise* apresentou valor de 0,68, portanto possui poder discricionário aceitável. Conforme demonstra os gráficos abaixo:

Tabela 7 - teste curva ROC

Modelo Logístico para <i>DEEMED</i>	
Número de Observações =	211
Área abaixo da curva ROC =	0,6943

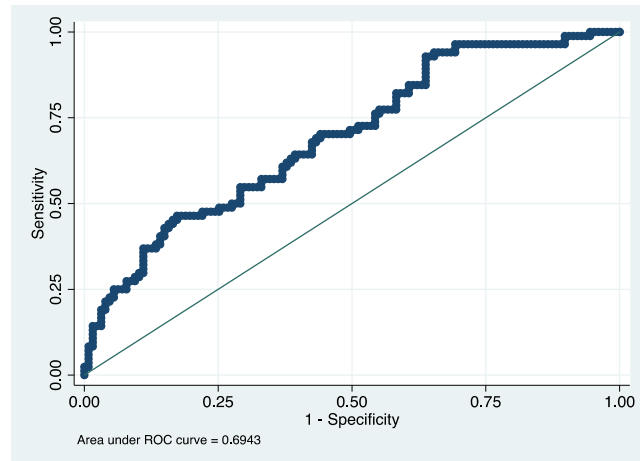
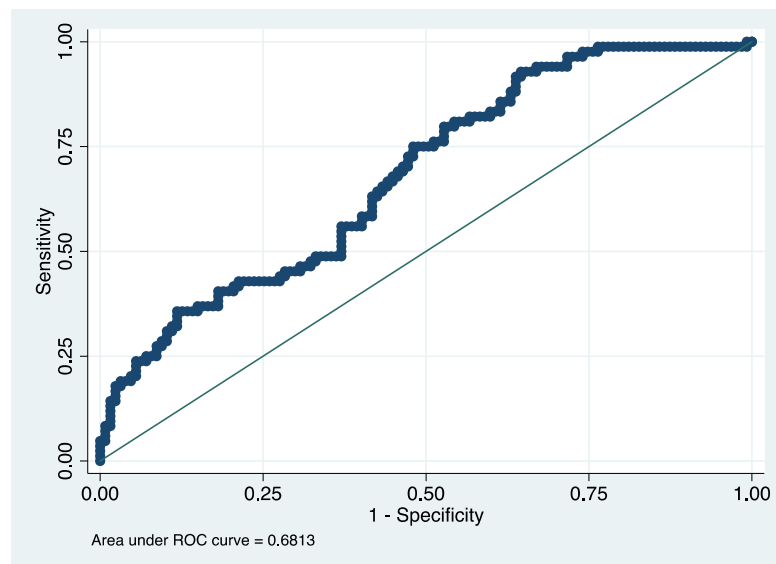


Gráfico 1 – Área abaixo curva ROC

Tabela 8- teste curva ROC

Modelo de Regressão para <i>DEEMED</i>	
modelo <i>stepwise</i>	
Número de Observações =	211
Área abaixo da curva ROC =	0,6813

Gráfico 2 – Área abaixo da curva ROC modelo *stepwise*

4.6 Capacidade de classificação do modelo

Segundo Fávero *et al.* (2009), outra forma de se avaliar um modelo logístico é observar a tabela de classificação do modelo, considerando as medidas de sensibilidade, especificidade e o percentual do modelo, como exposto anteriormente os conceitos. Pode-se verificar na parte superior da tabela que o modelo consegue pela sensibilidade classificar corretamente 32 de um total de 84, e pela especificidade 110 de um total de 127. O modelo logístico conseguiu classificar corretamente 67,29% das observações analisadas ($([32 + 110] / 211 = 0,6729)$). Já para o modelo com *stepwise* o modelo logístico conseguiu classificar corretamente 65,88% das observações analisadas ($([30+ 109] / 211 = 0,6587)$).

Tabela 9 - Capacidade de classificação do modelo

Modelo Logístico para <i>DEEMED</i>			
VERDADEIRO			
Classificação	D	'D	Total
+	32	17	49
-	52	110	162
Total	84	127	211

Classificada + se $\text{Pr}(D) \geq .5$
 Verdadeiro D definido como *DEEMED*!=0

Sensibilidade	Pr (+ D) 38,10 %
Especificidade	PR (- 'D) 86,61 %
Valor preditivo positivo	Pr (D +) 65,31 %
Valor preditivo negativo	Pr ('D -) 67,90%
Falso + % verdadeiro 'D	Pr (+ 'D) 13,39%
Falso - % verdadeiro D	Pr (- D) 61,90%
Falso + % classificação +	Pr ('D +) 34,69%
Falso - % classificação -	Pr (D -) 32,10%
Classificação correta	67,30%

Tabela 10 - Capacidade de classificação do modelo

Modelo Logístico para <i>DEEMED stepwise</i>			
VERDADEIRO			
Classificação	D	'D	Total
+	30	18	48
-	54	109	163
Total	84	127	211
Classificada + se $\text{Pr}(D) \geq .5$			
Verdadeiro D definido como <i>DEEMED</i> !=0			
Sensibilidade	Pr(+ D) 35,71 %		
Especificidade	Pr (- D) 85,83 %		
Valor preditivo positivo	Pr (D +) 62,50 %		
Valor preditivo negativo	Pr ('D -) 66,87%		
Falso + % verdadeiro 'D	Pr (+ D) 14,17%		
Falso - % verdadeiro D	Pr (- D) 64,29%		
Falso + % classificação +	Pr (D +) 37,50%		
Falso - % classificação -	Pr (D -) 33,13%		
Classificação correta		65,88%	

4.7 Diagnóstico de Multicolinearidade entre as Variáveis Explicativas do Modelo

Segundo Gujarati (2006), a velocidade com que as variâncias e covariâncias aumentam pode ser vista com o fator de inflação da variância (Variance Inflation Factor – VIF). O VIF mostra como a variância de um estimador é inflada pela presença da multicolinearidade e como regra prática o VIF deve estar abaixo de 10 para ser aceitável.

A estatística VIF demonstrou que o modelo não possui problemas com variáveis multicolineares, sua média foi de 1,21. A variável com maior fator de inflação da variância foi tamanho 1,40 e ela ficou muito abaixo dos 10 recomendados para problemas de multicolinearidade, indica assim que existe pequeno efeito negativo nos resultados da regressão anterior.

Tabela 11 - Fator de Inflação da Variância

Variável	VIF	1/VIF
LAT	1,4	0,71473
BIG4	1,39	0,72186
GOV	1,29	0,77476
IMOB	1,16	0,86184
RESERVA	1,12	0,89146
ENDIV	1,05	0,95532
SETOR	1,04	0,95827
Média VIF	1,21	

5. Considerações Finais

Este estudo procurou analisar se as companhias abertas listadas na Bolsa de Valores brasileira teriam comportamento oportunista com a opção de adotar o custo atribuído para o imobilizado. Para isto o objetivo foi analisar características das companhias que pudessem influenciar as escolhas dos seus gestores em adotar ou não a isenção do custo atribuído *deemed cost*.

Os resultados obtidos pelo trabalho para as variáveis testadas demonstraram que as variáveis empresa de auditoria e imobilização foram as mais significantes. Apesar da flexibilidade existente nas IFRS, para haver subjetividade nas decisões dos gerentes, as firmas que são auditadas pelas *Big four* possuem menor probabilidade de adoção do *deemed cost*, possivelmente menor grau de gerenciamento por confirmarem uma postura mais conservadora. Positivamente a probabilidade de uma empresa com alto nível de imobilização demonstrou maior tendência em adotar o custo atribuído para os ativos imobilizados da empresa.

O resultado obtido corroborou sobre a importância do ativo imobilizado na discricionariedade da tomada de decisões. Utilizando-se dos dados obtidos pode-se concluir que a imobilização da empresa é um fator importante para adoção de práticas que influenciam diretamente nos bens incluídos em ativos fixos.

Para futuras pesquisas, são sugeridos estudos que avaliem a política de dividendos adotada pela entidade conforme determinado pelos itens 27 e 28 do ICPC 10. Este deixa claro que esta opção de *deemed cost* não se confunde com a reavaliação e exige divulgação específica da política de dividendos.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ALEDO, J. GARCÍA-MARTÍNEZ, F., DIAZARAQUE, J. M. M.. *Firm-specific factors influencing the selection of accounting options provided by the IFRS: empirical evidence from Spanish Market*. (Documentos de Trabajo, n.º 0926). Banco de España. 2009.

Almeida, J. E., e Almeida J. C. (2007). Auditoria e *Earnings Management*: Estudo Empírico nas empresas de capital aberto auditadas pelas *Big four* e demais firmas de auditoria. In 7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

BATISTELLA, F. D. Reavaliação de ativos e correção monetária integral no Brasil: um estudo de *Value Relevance*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. 93 p.

BIÁSIO, R., *et al.*. (2012). Mudanças no Ativo Imobilizado decorrentes da convergência às normas internacionais de contabilidade – IFRS: O caso da Alfa Fundição e Tecnologia. *Revista Ambiente Contábil*, (1) 4, 56-73.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em 01.04.2014.

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em 01.04.2014.

CASTRO, C. M. (2006). *A Prática da Pesquisa* (2ª ed.). São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIARIOS – CVM. Deliberação CVM 183, de 19.06.1995. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/AtosResp_consolid_04.asp?tipo=Devalor=todos>. Acesso em : 05.04.2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Aprovado em 04 de dezembro de 2010. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Interpretacoes/Interpretacao?Id=19>>. Acessado em 10.04.2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 37(R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Aprovado em 05 de novembro de 2010. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=68>>. Acessado em 10.04.2014.

CORMIER, D. *et al.*. *First-Time Adoption of IFRS, Managerial Incentives, and Value-Relevance: Some French Evidence*. *Journal of International Accounting Research*, v. 8, n. 2, p. 1–22, 2009.

COSTA, F. M., FREITAS, K. C. Escolhas Contábeis na Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: direcionadores das isenções do Pronunciamento Técnico CPC 37. XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2012.

FÁVERO, Luís Paulo, *et al.*. *Métodos Quantitativos com Stata (1ª ed.)* Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FÁVERO, Luiz Paulo, *et al.*. *Análise de Dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FIELDS, T. D. *et al.*. *Empirical research on accounting choice*. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 255–307, 2001.

FIPECAFI, e EY. (2011). *Análise sobre o IFRS no Brasil (1ª ed.)*. disponível em: < <http://www.ey.com/BR>>.

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. (4ª ed.) Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IUDICIBUS, S. M. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, A. B; MARTINS, E. *Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas, 2007

LOPES, A. B. *et al.*. *The value-relevance of revaluation reserves in Brazil: an empirical investigation*. São Paulo: 2004.

MARTINEZ, A. L. (2010). Quando o conselho de administração e a auditoria evitam o gerenciamento de resultados? Evidências Empíricas para empresas brasileiras. *Revista de Informação Contábil*, 4(1), 76-93.

MARTINEZ, Antonio L. 'Gerenciamento' de resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. (Doutorado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. 154 p.

MENDES, C. A., RODRIGUES, L. L. (2006). Estudo de práticas de *earnings management* nas empresas portuguesas cotadas em bolsa: Identificação de alisamento de resultados e seus fatores explicativos. Revista de Estudos Politécnicos, III, 145-173.

MINISTERIO DA FAZENDA. Instrução normativa 130, de 10 de novembro de 1999. Disponível em:<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1999/in13099.htm>>. Acesso em: 17.04.2014.

MINISTERIO DA FAZENDA. Instrução normativa 162, de 31 de dezembro de 1998. Disponível em:<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1998/in16298.htm>>. Acesso em: 17.04.2014.

MINISTERIO DA FAZENDA. Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99. Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Disponível em:<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/Ant2001/1999/Dec300099.htm>>. Acesso em: 17.04.2014.

OLIVEIRA, V. e LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. Revista de Contabilidade e Finanças, São Paulo, v. 22, n 56, p. 155 – 173, 2005.

RAMOS, G. M., e MARTINEZ, A. L. (2006). Governança Corporativa. Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC), ano III, (1) 6, 143-164.

RENGEL, S. *et al.* (2009). Efeitos da reavaliação de ativos de empresas limitadas em suas investidoras de capital aberto com a vigência da Lei 11.638/07. In: XII SEMEAD.

REZENDE, A. J. *et al.* (2013). O Impacto do reconhecimento do custo atribuído e da divulgação de impairment de ativos tangíveis e intangíveis (IFRS) sobre os preços e os retornos das ações das companhias brasileiras. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, 17, 5-23.

RIBEIRO, K. C. S. *et al.* O impacto da adoção do *deemed cost* valuation de empresas brasileiras do setor de papel e celulose. XXI ENEGEP, São Paulo, 2011.

SANTOS, Ariovaldo dos; SCHVIRCK, Eliandro. O impacto da reavaliação de ativos nos índices de Endividamento de empresas que operam no Brasil. In: XXXI EnANPAD, Rio de Janeiro, 2007.

SCHVICK, E., e GIASSON, O. R. (2008). Perfil econômico-financeiro de empresas que fazem e que não fazem reavaliação de ativos. BBR. *Brazilian Business Review*, Vitoria, 5, 255-270.

SCHVIRCK, E. (2006). A reavaliação de ativos e seus impactos na análise das demonstrações contábeis no Brasil. Dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade, Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

WATTS, R. L., e ZIMMERMAN, J. L. (1978). *Towards a positive theory of the determination of accounting standards*. The Accounting Review. LIII (1), 112-134.

WATTS, R. L. e ZIMMERMAN, J. L. (1986). *Positive accounting theory*. New Jersey: Prentice Hall Career e Technology.